- XL -

DIREITO À EDUCAÇÃO: SUA EFETIVAÇÃO APONTA UM PROBLEMA DE GESTÃO?

Mariana Ferreira Bayer

Colégio Estadual Manoel Ribas. EFM

mabayerferreira@gmail.com

Marta Clediane Rodrigues Anciutti

Colégio Estadual Francisco Carneiro Martins

martanciutti@gmail.com

INTRODUÇÃO

Ao longo da década de 1980, o Brasil ratificou a maioria dos instrumentos de proteção dos Direitos Humanos. A vida, a liberdade, a igualdade, a propriedade e a segurança jurídica foram os primeiros direitos reconhecidos, proclamados e protegidos num contexto mais amplo. O marco fundamental da mudança de postura do Estado brasileiro em relação a essa questão foi a Constituição Federal de 1988, o texto constitucional definiu, como um dos seus fundamentos, a dignidade da pessoa humana (artigo 1º) e, como um dos princípios que regem o país nas suas relações internacionais, a prevalência dos Direitos Humanos (artigo 4º).

A educação, apesar de sua grande importância, incorporou-se com atraso ao grupo dos direitos humanos. Definida, em nosso ordenamento jurídico, como dever do Estado e direito do cidadão, no artigo 205 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a educação escolar é uma dimensão fundamental da cidadania e esse princípio é indispensável para a participação de todos nos espaços sociais e políticos e para (re)inserção qualificada no mundo profissional do trabalho.

A igualdade torna-se, pois, o pressuposto fundamental do direito à educação, sobretudo nas sociedades politicamente democráticas e socialmente desejosas de uma maior igualdade social e entre os sujeitos que as compõem e as expressam.

Segundo Cury,

A qualidade do ensino supõe, então, a busca do melhor, de um padrão científico e fundamentado dos conteúdos acumulados e transmitidos. Mas ela é também uma forma de responsividade face aos desafios da sociedade contemporânea. Essa exige um conjunto de conhecimentos e habilidades capazes de possibilitar a todos o acesso a formas de ser e de se comunicar como um participante do mundo. Desse modo, a qualidade do ensino, mesmo atendida a universalização da população em idade escolar, será sempre uma meta, seja pelo caráter cumulativo do conhecimento, seja pelas circunstâncias históricas que a condicionam e para as quais ele deve buscar caminhos cada vez mais abertos. (p.487)

A educação, portanto, ao ser tratada e realizada como um direito, e não como um serviço, não se resume a ofertas de vagas nas escolas públicas. É preciso assegurar a qualidade do ensino, a permanência e a aprendizagem dos alunos na escola, a formação continuada dos professores e demais trabalhadores em educação, a participação da família. É importante ressaltar que, ao tratar de educação numa perspectiva crítica, a questão da qualidade no acesso a educação, envolve uma concepção de mundo norteada por princípios e valores democráticos que contribua para formação humana integral e permita que o sujeito se reconheça num processo humano social e tenha condições de agir sobre ele.

No Brasil, a qualidade de ensino foi percebida de formas distintas. Primeiro, o significado da qualidade esteve diretamente ligado ao acesso, afinal, estar na escola era o grande desafio em um país de analfabetos. Nesse cenário, a máxima, entre os governantes, era a construção de prédios escolares, a expansão da rede de ensino, sem nenhuma preocupação com o atendimento qualificado de novo contingente ou com a reestruturação do ambiente escolar.

Porém, quase na mesma medida em que cresciam as oportunidades educacionais, aumentavam os obstáculos relativos ao prosseguimento dos estudos. E então, a qualidade da educação passa a ser interpretada como acesso e permanência bem sucedida na escola. O foco das preocupações para a gestão educacional assumem como padrões de qualidade, os índices de evasão e repetência. A saída encontrada para regularizar tal demanda também não contemplou a construção de um projeto educacional de nação, o combate à reprovação teve como ações emergenciais políticas de aprovação automática, ciclos e progressão continuada.

Por fim, a educação brasileira começou a incorporar outra variável na definição de qualidade: a igualdade de conhecimento adquirido ou os índices de desempenho, aferida mediante testes padronizados em larga escala. Segundo Oliveira; Araújo (2005), os resultados desses testes permitem a constatação de que a ampliação do acesso não eliminou as fortes desigualdades regionais e internas dos próprios sistemas, o que inviabiliza a efetivação dos

dois outros princípios basilares da educação entendida como direito: a garantia de permanência na escola e com nível de qualidade para todos. Para Oliveira; Araújo,

O grande desafio do atual momento histórico, no que diz respeito ao direito à educação, é fazer com que ele seja, além de garantido e efetivado por meio de medidas de universalização do acesso e da permanência, uma experiência enriquecedora do ponto de vista humano, político e social, e que consubstancie, de fato, um projeto de emancipação e inserção social. Portanto, que o direito à educação tenha como pressuposto um ensino básico de qualidade para todos e que não (re)produza mecanismos de diferenciação e de exclusão social. (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2005, p.16)

Desse modo, um dos princípios do ensino brasileiro é a garantia de padrão de qualidade (inciso VII, art 206) da Constituição Federal de 1988, no qual estabelece que a União garanta equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade, bem como, a LDB prescreve o dever do Estado para efetivação do direito à educação, concretizada mediante a garantia de padrões mínimos de qualidade de ensino. Assim, se faz necessário pensar de forma articulada em um conjunto de indicadores que permitam configurar uma escola e um ensino de qualidade. Ou seja, pensar numa política de melhoria de qualidade, requer uma análise dos custos, das condições reais, dos objetivos que se almeja e das expectativas sociais em torno do processo de escolarização.

A qualidade da educação não pode ser pensada de maneira isolada. Muitos elementos interferem na qualidade educacional, desde a gestão educacional, as interferências sociais, econômicas, políticas, culturais, ou seja, políticas públicas efetivas que considerem a realidade e as mudanças objetivadas, até o processo que se concretiza na escola.

Diante dessa abordagem, entende-se que a qualidade educacional no contexto amplo interfere nas realidades, assim como o processo inverso deve ser considerado. Nenhuma política pensada pode ser bem sucedida se não contar com o envolvimento de quem as vão colocar em prática (VIEIRA, 2007). Isso supõe profissionais da educação com sólida formação básica, aí compreendidos o domínio dos métodos e técnicas de ensino e o acesso à educação continuada, presencial ou à distância.

O Brasil, reconhece o ensino fundamental como um direito juridicamente protegido desde 1934. E passou a reconhecê-lo como direito público subjetivo desde 1988. Também está amparado no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/1996), no Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014),

assim como, nos pareceres e resoluções dos Conselhos de Educação, nas regulamentações que, alteram a legislação e definem o ensino fundamental de 09 anos, que incorporam a educação infantil como primeira etapa da educação básica obrigatória, que são importantes conquistas sociais, mesmo que limitadas e focalizadas apenas para a educação básica.

É com o nascimento do Estado de Direito que ocorre a passagem final do ponto de vista do príncipe para o ponto de vista dos cidadãos. [...]. No Estado de Direito, o indivíduo tem, em face do Estado, não só direitos privados, mas também direitos públicos. O Estado de Direito é o Estado dos cidadãos. (BOBBIO, 1992, p. 61)

A efetivação do direito à educação depende, de um lado, da vontade política dos governantes, ao situá-la como um imperativo na definição das políticas públicas e, de outro, da força da mobilização da sociedade civil organizada, sobretudo, dos segmentos educacionais, na medida em que se conscientizam do status de Direito Humano que a educação possui. Um direito, portanto, imperativo.

Dessa forma, o questionamento sobre a interferência da gestão para efetivação do direito à educação sinaliza um caminho para a educação. A seguir discutimos alguns aspectos que trazem a ligação entre o direito à educação e a forma de conduzir o processo para sua efetivação, dentro das escolas.

GESTÃO ESCOLAR COMO MECANISMO PARA CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DEMOCRÁTICOS

O direito de todos à educação constitui um dos valores que orientam a gestão das escolas públicas brasileiras. Esse direito torna-se realidade quando, no cotidiano das escolas, observamos diversidade de ideias, políticas para igualdade de oportunidades educacionais para todos, gratuidade, valorização docente e garantia de qualidade, entre outros aspectos. Para alcançar os resultados que a escola quer atingir, é importante estabelecermos coletivamente (com a participação dos representantes dos vários segmentos das comunidades escolar e local) as finalidades e os objetivos almejados.

Neste sentido, o redimensionamento do papel da escola em uma perspectiva democrática, requer: uma educação de qualidade para todos: a socialização do conhecimento construído pela humanidade; a autonomia de gestão administrativa e pedagógica; a participação na tomada de decisão nos caminhos da escola, por meio dos segmentos de gestão denominados instâncias colegiadas (Conselhos Escolares, Grêmios Estudantis, Associação de Pais e Professores); e também um Projeto Pedagógico construído

coletivamente, acompanhado e avaliado pela comunidade escolar.

O gestor, entendido como coordenador das atividades da escola, é um importante mediador do projeto pedagógico da escola. Neste sentido, o projeto pedagógico ganhará em riqueza e diversidade, quando considera e envolve a subjetividade dos profissionais no processo de propiciar o melhor para todos.

Democratização da educação, nesse sentido, vai além das ações voltadas para a ampliação do atendimento escolar. Configura-se como uma postura que, assumida pelos dirigentes educacionais e pelos diversos sujeitos que participam do processo educativo, inaugura o sentido democrático da prática social da educação. A gestão escolar, concebida como um e por um processo democrático, envolve aprendizado e escolha política, que ampara a prática educativa e por meio dela possibilita a construção de espaços para superação da cultura autoritária e centralizadora.

O reconhecimento do espaço escolar como um espaço público, que não tem “dono”, seja do diretor, funcionário ou professor, possibilita avanços no sentido da participação e do diálogo no interior da escola. Neste caminho, é preciso respeitar o tempo, a tradição e a cultura das escolas.

CONCLUSÃO

Há um conjunto de ações e responsabilidades necessárias para a realização da gestão democrática. Compartilhar a tomada de decisões e o desenvolvimento de atividades é tarefa importante para garantir o envolvimento de todos os agentes no cotidiano escolar. A legislação educacional brasileira assegura o direito e o dever de participarem no desenvolvimento dessas atividades. Criar condições para o debate e o aprendizado mútuo dessas pessoas fortalece o sentimento de grupo, de integração e aprendizado da vivência democrática.

As equipes gestoras precisam articular-se com pais, alunos, professores e uma série de órgãos e instituições responsáveis pelos múltiplos aspectos envolvidos no desenvolvimento da educação básica, tais como o conselho escolar ou colegiado, a associação de pais e mestres e o grêmio estudantil. O acompanhamento e a fiscalização dos recursos públicos aplicados na educação é responsabilidade de todos os cidadãos. Participar das decisões sobre como, quando e em que eles podem ser gastos e zelar pela sua boa aplicação é tarefa de todos direta ou indiretamente envolvidos com a escola.

A discussão coletiva, a decisão de participar, a definição de metas e ações, o

acompanhamento, a avaliação e a socialização dos resultados entre toda a comunidade, podem ser caminhos importantes para a definição de responsabilidades e competências. Mas existem formas mais cooperativas de realizarmos essas atividades. Trata-se da participação em órgãos colegiados.

Afirmamos que a gestão democrática observa procedimentos institucionais adequados à igualdade de participação de pessoas diferentes. Como promover a participação? A resposta a esta pergunta requer gestores conscientes das razões que nos conduzem à participação, assim como requer conhecimentos da LDB 9394/1996, que define as diretrizes da educação brasileira.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

VIEIRA, S. L. Política(s) e gestão da educação básica: revisitando conceitos simples. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 23, n. 1, p. 53-69, jan-abr. 2007.

CURY, C. J. A gestão democrática na escola e o direito à educação. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 23, n. 3, p. 483-495, set./dez. 2007.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAÚJO, Gilda Cardoso de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 5-23, 2005